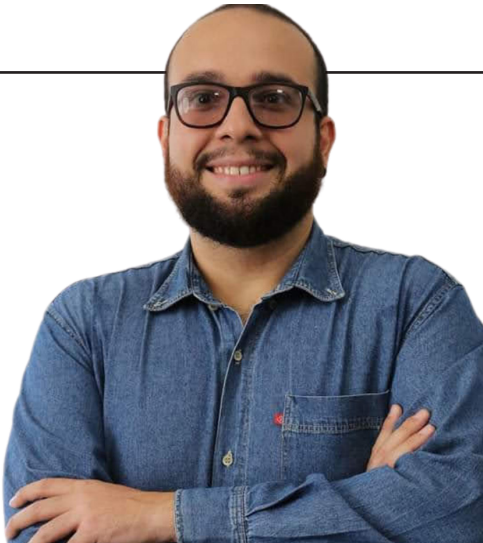




DCO
SEXTA-FEIRA



Adeus, Lênin!: o charme do simples e a derrota da burocracia

Hélio Rocha

LEIA NA PÁGINA 17

Jornal Causa Operária entra em nova fase



Nesta quinta-feira (28), o jornal Causa Operária ingressou em uma nova fase. Em evento realizado no Centro Cultural Benjamin Péret, o presidente nacional do Partido da Causa Operária (PCO), Rui Costa Pimenta, apresentou as novidades.

O dirigente trotskista abordou inicialmente o papel estraté-

gico da imprensa revolucionária e os desafios diante da transição do jornalismo impresso para o digital. Segundo ele, no Brasil, “as bancas de jornal estão fechando, o nível de leitura sempre foi baixo e isso atinge de maneira brutal a esquerda, que já historicamente tinha dificuldade em manter uma imprensa sólida”. Rui lembrou que mesmo os partidos ins-

titucionais, como o PT, nunca tiveram um jornal impresso em quase 50 anos de existência, o que o deixou vulnerável diante do monopólio da imprensa capitalista, especialmente em momentos como o golpe de 2016.

O presidente do PCO criticou ainda a postura de setores da esquerda que, diante da facilidade da Internet, abandonaram a

construção de uma imprensa própria, transformando seus portais em meras “fachadas” com publicações esporádicas. Para ele, a imprensa revolucionária é uma atividade de grande envergadura, que exige esforço coletivo, recursos financeiros.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

Votação de PEC contra arbitrariedades judiciais é adiada

Nesta quarta-feira (27), a Câmara dos Deputados decidiu adiar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2021, por falta de consenso entre os parlamentares da casa legislativa. Enquanto os deputados da oposição defendem a proposta, os legisladores da base do governo Lula se colocam contra a mesma.

Apelidada pejorativamente de “PEC da Blindagem” pelos defensores das arbitrariedades do STF (e do Poder Judiciário em geral), a PEC 3/21 estabelece significativas regras no que se refere à investigação, julgamento e prisão de deputados e senadores.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

EUA divulgam imagens de navios de guerra que ameaçam Venezuela

Nesta terça-feira (26), o Departamento de Estado dos Estados Unidos divulgou vídeo das navios de guerra e veículos militares que foram enviados para próximo da Venezuela para atacar o país de alguma forma.

No registro há imagens do deslocamento do Grupo Anfíbio Pronto Iwo Jima, que reúne os

navios USS San Antonio e USS Iwo Jima, além da 22ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais. As imagens também mostram caminhões e equipamentos. O vídeo foi filmado enquanto as embarcações se encontravam no porto de Norfolk, Estados Unidos.

LEIA MAIS NA PÁGINA 5

EDITORIAL

O Brasil precisa de uma imprensa revolucionária de grande alcance

O instrumento mais importante da luta revolucionária é o trabalho de agitação e propaganda, do qual um jornal é sempre o centro



Jornal Causa Operária | Foto: Reprodução

A imprensa, em todo o mundo, está em um momento de transição, graças à revolução da Internet. Alguns jornais fecharam, outros diminuíram sua tiragem. No Brasil, esse efeito é particularmente sentido. As bancas de jornal estão fechando, o que poderia causar a impressão de que se trata de um fenômeno mundial, mas não é fato. Trata-se de um fenômeno tipicamente brasileiro, porque o nível de leitura de jornais no Brasil sempre foi muito baixo. Outros países, no entanto, mantêm a imprensa impressa, que se posiciona ao lado

dessa nova modalidade, que é o jornalismo digital. Esse problema, no entanto, afetou profundamente a esquerda brasileira como um todo. A esquerda nacional sempre teve muita dificuldade de levar adiante um empreendimento de imprensa, particularmente a esquerda pequeno-burguesa. Isto fica claro no caso do Partido dos Trabalhadores (PT), que já tem quase 50 anos de idade e nunca teve um jornal impresso, nem mesmo quando o acesso à Internet era uma raridade. Essa situação contrasta com a tradição de partidos li-

gados ao movimento operário. Afinal, não se pode depender da imprensa capitalista, que é uma arma contra os trabalhadores. No entanto, o PT sempre alimentou a ilusão de que a imprensa capitalista também serviria aos seus objetivos. No golpe de 2016, que o PT ficou completamente desamparado quando a imprensa se cartelizou para derrubar o governo democraticamente eleito de Dilma Rousseff. Dentro da chamada extrema esquerda, à exceção do Partido da Causa Operária (PCO), a situação é muito parecida. Alguns grupos mantêm um jornalismo

impresso, mas são poucos. De modo geral, a internet acabou por liquidar o que sempre foi uma atividade muito pouco expressiva da esquerda. A comunicação é um empreendimento de grandes proporções. No entanto, é preciso superar essas dificuldades. O instrumento mais importante da luta revolucionária é o trabalho de agitação e propaganda, do qual um jornal é sempre o centro. Sem uma imprensa forte, de longo alcance, não é possível preparar os trabalhadores para a batalha contra seus inimigos.

IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA

Jornal Causa Operária entra em nova fase

Além de receber uma nova aparência, jornal também sofrerá um aumento no preço, o que permitirá financiar o projeto da Gazeta Causa Operária



Rui Costa Pimenta | Foto: Reprodução

Nesta quinta-feira (28), o jornal Causa Operária ingressou em uma nova fase. Em evento realizado no Centro Cultural Benjamin Péret, o presidente nacional do Partido da Causa Operária (PCO), Rui Costa Pimenta, apresentou as novidades.

O dirigente trotskista abordou inicialmente o papel estratégico da imprensa revolucionária e os desafios diante da transição do jornalismo impresso para o digital. Segundo ele, no Brasil, “as bancas de jornal estão fechando, o nível de leitura sempre foi baixo e isso atinge de maneira brutal a esquerda, que já historicamente tinha dificuldade em manter uma imprensa sólida”. Rui lembrou que mesmo os partidos institucionais, como o PT, nunca tiveram um jornal impresso em quase 50 anos de existência, o que o deixou vulnerável diante do monopólio da imprensa capitalista, especialmente em momentos como o golpe de 2016.

O presidente do PCO criticou ainda a postura de setores da esquerda que, diante da facilidade da Internet, abandonaram a construção de uma imprensa própria, transformando seus portais em meras “fachadas” com publicações esporádicas. Para

ele, a imprensa revolucionária é uma atividade de grande envergadura, que exige esforço coletivo, recursos financeiros, redação organizada e capacidade de distribuição.

Rui destacou que Causa Operária foi pioneiro no uso da Internet, criando rapidamente um jornal diário digital, o Diário Causa Operária, que hoje já soma 7.941 edições.

O dirigente trotskista destacou que o Causa Operária, fundado em 1979, é o jornal mais antigo da esquerda brasileira. O periódico, publicado semanalmente, passou por diferentes formatos e preços.

Os primeiros exemplares de Causa Operária foram impressos em uma pequena máquina gráfica caseira. Afinal, o País ainda vivia sob ditadura militar. Pimenta mostrou a edição de estreia do jornal, que tinha tamanho A4, totalmente em preto em branco. Com o passar do tempo, o logotipo do jornal passou a ser colorido, em cor azul.

Depois de mais algumas edições, o jornal passou a aumentar a sua tiragem, sendo impressa em uma gráfica externa. Causa Operária passaria a ser impresso em uma gráfica própria futuramente, desta vez em formato ger-

mânico. O periódico que orienta os militantes do Partido da Causa Operária se tornou o primeiro jornal da esquerda brasileira com fotos coloridas, no início do século XXI.

Causa Operária ainda passaria por algumas mudanças, inclusive a adoção do tamanho Standard, até chegar ao modelo atual, que retornou ao formato germânico.

Pimenta explicou que o jornal atual partiu de uma decisão do Partido de aumentar o alcance da sua agitação, reduzindo o preço a R\$1. No entanto, para facilitar esse processo, o Causa Operária agora passará a ser desmembrado em duas publicações: o novo Causa Operária e o Gazeta Causa Operária, um boletim gratuito que será distribuído quinzenalmente em todo o País.

A Gazeta Causa Operária servirá, prioritariamente, para conquistar uma influência do partido revolucionário em determinados locais de trabalho e estudo e áreas residenciais delimitadas. Segundo a Secretaria de Organização do PCO, o objetivo é alcançar uma tiragem quinzenal de 500 mil boletins em cerca de seis meses.

Com o advento da nova publicação, Causa Operária poderá

se dedicar a explicar de maneira mais profunda e detalhada os acontecimentos da semana. O jornal, além de receber uma nova aparência, também sofrerá um aumento no preço, o que permitirá financiar o projeto da Gazeta Causa Operária.

Com 32 páginas coloridas, o novo jornal estará mais voltado à discussão intelectual, superando o seu atual formato voltado à agitação. Entre os grandes destaques da publicação, está um Caderno de Cultura de seis páginas.

O esforço de imprensa empreendido pelo PCO é uma reação ao agravamento da crise política internacional e nacionalmente. O desenvolvimento desta crise, mais cedo ou mais tarde, levará a uma nova etapa política com o predomínio da agitação política de massas. Essa situação impõe preparar o Partido para um amplo trabalho de agitação política, com materiais com alcance de massas.

Durante sua fala, Rui Pimenta também mencionou as demais publicações organizadas pelo PCO. Entre elas, a revista Dossiê Causa Operária, publicação quinzenal de análises, a revista teórica Textos, que passará a ser semanal, e os livros publicados pela Edições Causa Operária.

ESCOLHA DOS EDITORES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Votação de PEC contra arbitrariedades judiciais é adiada

Projeto tem sido apelidado pejorativamente de “PEC da Blindagem” pelos defensores das arbitrariedades do STF



Câmara dos Deputados | Foto: Reprodução

Nesta quarta-feira (27), a Câmara dos Deputados decidiu adiar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2021, por falta de consenso entre os parlamentares da casa legislativa. Enquanto os deputados da oposição defendem a proposta, os legisladores da base do governo Lula se colocam contra a mesma.

Apelidada pejorativamente de “PEC da Blindagem” pelos defensores das arbitrariedades do STF (e do Poder Judiciário em geral), a PEC 3/21 estabelece significativas regras no que se refere à investigação, julgamento e prisão de deputados e senadores.

Na PEC são propostas alterações aos artigos 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal.

O §9º do art. 14 é alterado para que um parlamentar só possa ser declarado inelegível após observado o duplo grau de jurisdição, isto é, após ter tido direito a recurso perante juízes diferentes daquele que declarou a inelegibilidade. Atualmente, o §9º não conta com essa garantia.

O caput do art. 53 é alterado para que, contra as opiniões, palavras e votos dos parlamentares, caiba apenas responsabilização ético-disciplinar, e tão somente se houver violação ao

decoro parlamentar. Em outras palavras, uma forma de proteção para impedir que eles sejam alvo de ações judiciais simplesmente por expressar sua opinião e votar em determinado assunto.

O §2º do art. 53 também é alterado. Enquanto na redação atual consta que “os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável”, a redação da PEC 3/21 dispõe que os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante por crime cuja inafiançabilidade seja prevista nesta Constituição”. Isto é, uma alteração de caráter defensivo para tentar impedir que parlamentares sejam presos por crimes inafiançáveis inventados pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao mesmo artigo, é adicionado um §9º (atualmente há 8 parágrafos), no qual é proibido medida judicial cautelar para afastar membro do Congresso Nacional. Outra medida defensiva contra as arbitrariedades do Judiciário.

Quanto a outras medidas cautelares, que possam afetar, direta ou indiretamente, o exercício do mandato e as funções parlamentares, elas só terão efeitos depois de confirmadas pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, conforme §12 que a PEC 3/21

adiciona ao art. 53 da Constituição, que igualmente proíbe que tais medidas sejam deferidas em plantão judiciário.

Por estas alterações, e outras semelhantes, a imprensa a serviço do imperialismo (que está por trás das arbitrariedades do STF) está chamando a PEC 3/21 de PEC da Blindagem (ou mesmo PEC da Impunidade).

Parlamentares do PT e do PSOL também se posicionam no mesmo sentido, a exemplo do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do partido na Câmara, que comemorou o adiamento da votação, afirmando que “não tem nem texto, ganhamos mais um tempo. Bom não votar hoje, porque o texto tem muitos pontos polêmicos e vistos pelo governo como negativos”.

Sâmia Bomfim (PSOL-SP) se posicionou no sentido de que a PEC garantiria impunidade a parlamentares: “Crimes gravíssimos, inclusive, como assassinato e pedofilia. Ninguém poderia ser preso e condenado por isso. Por quê? Porque é parlamentar e se acha acima da lei, se acha acima do restante da população”, conforme noticiado pela Agência Câmara de Notícias. No mesmo sentido se posicionou Ivan Valente (PSOL-SP), que qualificou como

“absurdo total” o texto da PEC, e que não deveria ser votado.

Também exibindo posição reacionária em defesa da repressão judicial, o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), vice-líder do governo declarou que “tem muita gente incomodada com o funcionamento do Judiciário, por uma razão, apenas: porque tem muita gente fora da lei que está incomodada com a cobrança da lei por parte do Supremo Tribunal Federal na sua relação com o Congresso Nacional”.

Contudo, a realidade é que a PEC é uma tentativa dos parlamentares de pôr um parapeito nas arbitrariedades do STF. Tanto é assim que Hugo Motta, o presidente da Câmara, teve de afirmar que a proposta “não é uma retaliação” ao Supremo, uma posição defensiva perante o tribunal: “No entendimento da Casa, algumas decisões, de certa forma, têm transgredido o limite daquilo que é garantido. Essa instabilidade tem incomodado os parlamentares. Não é uma medida de retaliação de quem quer que seja, não é uma medida de reação a quem quer que seja”, declarou Motta.

AMÉRICA LATINA

EUA divulgam imagens de navios de guerra que ameaçam Venezuela

Movimentação militar do imperialismo contra a Venezuela está sendo feita sob a farsa de combater o tráfico de drogas



Navio norte-americano | Foto: Reprodução

Nesta terça-feira (26), o Departamento de Estado dos Estados Unidos divulgou vídeo das navios de guerra e veículos militares que foram enviados para próximo da Venezuela para atacar o país de alguma forma.

No registro há imagens do deslocamento do Grupo Anfíbio Pronto Iwo Jima, que reúne os navios USS San Antonio e USS Iwo Jima, além da 22ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais. As imagens também mostram caminhões e equipamentos. O vídeo foi filmado enquanto as embarcações se encontravam no porto de Norfolk, Estados Unidos.

A movimentação militar do imperialismo contra a Venezuela está sendo feita sob a farsa de combater o tráfico de drogas. O governo Donald Trump acusa Nicolás Maduro, presidente nacionalista da Venezuela, de chefiar um cartel de drogas. Como parte da ofensiva contra o chavismo, uma manifestação do nacionalismo venezuelano, o imperialismo norte-americano aumentou para US\$50 bilhões uma recompensa que já haviam estabelecido por informações que resultem na “captura” de Maduro, tratando o presidente como um criminoso.

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, a barbie de estimação de Trump, chegou a declarar que “Maduro não é um presidente legítimo. Ele é um fugitivo e chefe de um cartel narcoterrorista acusado nos EUA de tráfico de drogas. Trump está preparado para usar toda a força americana para deter o tráfico de drogas”. Ela igualmente afirmou que os

EUA estão preparados para atacar Maduro com “toda a força”, uma ameaça aberta contra a Venezuela e o povo venezuelano.

Expondo a farsa de Trump e do imperialismo de que a Venezuela seria um “narcoestado”, o que quer que isto seja, uma operação realizada pelas Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) levou à apreensão de 2.800 quilos de substâncias ilícitas no município de Maroa, estado do Amazonas (sul), noticiou a emissora TeleSur. A informação foi divulgada por Diosdado Cabello, Ministro do Interior, Justiça e Paz da Venezuela.

No mesmo sentido, a vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, compartilhou em seu canal do Telegram um artigo intitulado “A Grande Engana contra a Venezuela: A Geopolítica do Petróleo Disfarçada de Luta contra as Drogas”, conforme noticiado pela TeleSur.

O artigo foi escrito por Pino Arlacchi, ex-Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). No artigo, ele informa que, quando ocupava a função, que a cooperação venezuelana no combate ao narcotráfico estava entre as mais eficazes da América do Sul, comparável apenas à de Cuba e que estes países “jamais tiveram terras cultivadas com cocaína”. Ele afirma que as acusações do governo Trump contra a Venezuela e seu presidente é “calúnia com motivação geopolítica” que visa encobrir os verdadeiros interesses energéticos do imperialismo norte-americano

na região.

Arlacchi informa que os dados reais sobre o tráfico de drogas no mundo “que emergem do Relatório Mundial sobre Drogas de 2025, a organização que tive a honra de liderar, contam uma história oposta à difundida pelo governo Trump. Uma história que desmantela, pedaço por pedaço, a fabricação geopolítica construída em torno do ‘Cartel dos Sóis’, uma entidade tão lendária quanto o Monstro do Lago Ness, mas capaz de justificar sanções, embargos e ameaças de intervenção militar contra um país que, coincidentemente, se situa em uma das maiores reservas de petróleo do planeta”.

Ele denuncia que o tal Cartel dos Sóis, o qual Trump acusa Maduro de liderar, é uma “ficção de Hollywood”, e que esse cartel fictício “não é mencionado no relatório da principal organização antidrogas do mundo, nem nos documentos de nenhuma agência europeia, nem em quase nenhuma outra agência anticrime do planeta. Nem mesmo em uma nota de rodapé [...] Em outras palavras, o que a Netflix está promovendo como um supercartel é, na verdade, uma miscelânea de pequenas redes locais”, denunciou Arlacchi, acrescentando que as 100 mil mortes por ano de cidadãos norte-americanos por overdoses de opioides “não têm nada a ver com a Venezuela e tudo a ver com a Big Pharma americana”.

No mesmo sentido foi a declaração de Gustavo Petro, presidente da Colômbia. Em sua página do X, ele denunciou que “o cartel de los soles não existe, é a

desculpa fictícia da extrema-direita para derrubar governos que não lhes obedecem”.

Voltando ao artigo do ex-alto funcionário da ONU, ele explica que o alvo de Trump é o petróleo venezuelano: “os Estados Unidos precisam de justificativas para suas políticas petrolíferas, por isso produzem propaganda disfarçada de inteligência”, afirma o ex-alto funcionário da ONU, citando as memórias do ex-diretor do FBI James Comey, onde ele afirma que Trump lhe dissera que o governo Maduro era “um governo sentado sobre uma montanha de petróleo que temos que comprar”.

Nessa conjuntura de ofensiva imperialista, especialmente dos EUA, contra a Venezuela, o embaixador do país no Irã afirmou que se os Estados Unidos travasse uma guerra contra a Venezuela, “os americanos sofreriam a mesma coisa que no Vietnã, Iraque ou Afeganistão”.

Manifestando apoio ao povo venezuelano e ao chavismo, o Governo de Cuba rejeitou veementemente o atual destacamento de forças militares dos EUA no Mar do Caribe, denunciando que este ato perigoso representa uma grave ameaça e uma demonstração agressiva de força que mina a soberania e a autodeterminação dos povos da América Latina e do Caribe.

Cuba também acusa os Estados Unidos de serem o maior mercado de drogas do mundo, com redes de consumo, distribuição e lavagem de dinheiro operando “com relativa impunidade” em seu território.

ANÁLISE INTERNACIONAL

‘Imperialismo está disposto a lutar até o último ucraniano’

Rui Costa Pimenta e Robinson Farinazzo discutiram os principais assuntos da semana no mundo



Vladimir Zelenskyy | Foto: Reprodução

No programa Análise Internacional desta quinta-feira (28), o presidente nacional do Partido da Causa Operária (PCO), Rui Costa Pimenta, analisou a guerra na Ucrânia e as consequências políticas para a Europa. Para ele, o conflito se sustenta unicamente pelo apoio das grandes potências imperialistas.

“A situação no campo de batalha é que os europeus e, logicamente, o imperialismo norte-americano por baixo do pano, ou seja, à revelia do próprio Trump, estão impulsionando o esforço de guerra ucraniano”, afirmou. Segundo Pimenta, sem esse respaldo “tudo teria desmoronado”.

Ele destacou que os países imperialistas não abrem mão da política bélica mesmo com risco de desgaste interno. “Essa é a questão com a Alemanha: vão sacrificar o povo alemão porque os objetivos militares e políticos gerais, de controle da situação política mundial, são mais importantes que o povo alemão”, disse. Embora reconheça que os governos acreditam poder controlar a situação, apontou que

“a eleição passada quase acabou em desastre” e advertiu: “A longo prazo, isso se encaminha para uma crise mundial muito grande na Europa”.

Pimenta ressaltou também que a repressão política nos países europeus está diretamente ligada à manutenção da guerra. “Para quem não entendeu até agora, toda a política de cerceamento da internet, da censura, está a serviço dessa situação. Países europeus já estabeleceram uma ditadura devido à crise e à crise nas relações internacionais”, disse. Ele citou o caso da prisão do fundador do Telegram: “Quando você vê o presidente do Telegram preso sem motivo, você já vê que é uma ditadura. E vai ter que haver uma ditadura, porque como você vai controlar o povo se não tiver ditadura?”

Comentando a situação francesa, Pimenta disse que Emmanuel Macron governa “num globo da morte”. Segundo ele, o presidente francês ignora os resultados eleitorais e se sustenta com uma maioria artificial. “Macron foi obrigado a ignorar totalmente o resultado da eleição.

Ele está governando o país com uma maioria totalmente artificial, à revelia dos dois primeiros partidos colocados na eleição”, afirmou.

Para o dirigente, a França é apenas um exemplo de uma crise generalizada nos regimes europeus. “Há uma crise no regime político, uma crise também no regime da Inglaterra, Portugal, Espanha, França, todos da União Europeia”, afirmou. A raiz do problema, segundo ele, está na tentativa de administrar a crise capitalista sacrificando as condições de vida das populações. “Esses ataques enfraquecem o regime, tornando-o difícil de governar. Macron tem que continuar fazendo o que está fazendo ou tudo desmorona”.

O dirigente também abordou a situação brasileira diante da ofensiva imperialista. “O Brasil é, praticamente, uma colônia dos EUA”, disse, lembrando que, no caso do país, essa definição não é apenas figurativa. “As instituições são dominadas pelo imperialismo. Sem acabar com isso, não há como mudar essa situação”, afirmou.

Ele enfatizou que a ruptura não pode depender de líderes individuais: “Ela não será mudada porque um presidente da República romperá com o imperialismo. Isso nunca vai acontecer. A ruptura precisa ser apoiada na mobilização popular”.

Por fim, Pimenta comparou a atual guerra na Ucrânia à Guerra do Paraguai, quando Solano López manteve o país em resistência até a destruição do Estado paraguaio. “Os paraguaios decidiram lutar até o último homem, o que é uma decisão errada se tratando de um país. Isso significa que você está em uma política de tudo ou nada”, explicou.

Ele ressaltou que, naquele conflito, os paraguaios rejeitaram qualquer acordo: “Só terminou quando Solano López foi encurralado e morto pelo exército brasileiro”. Para ele, a Ucrânia segue a mesma linha: “Zelenskyy está disposto a lutar até o último ucraniano. O imperialismo está disposto a lutar até o último ucraniano. É uma política criminoso. É sacrificar o povo em troca de nada”.

POLÊMICA

FUTEBOL

Para ganhar a Copa, é preciso Neymar

A presença escandalosa de um gringo no comando da seleção, em conjunto com uma imprensa vendida são mais problemas a serem resolvidos pelos jogadores



Neymar, após marcar um gol olímpico neste ano | Divulgação/Santos

A torcida contra Neymar dentro da imprensa nacional é grande. Mais que torcida, o caráter regular e calunioso de matérias contra o jogador revela, de fato, uma campanha, não uma mera opinião jornalística.

Integrante constante desta campanha, Walter Casagrande é um dos principais articulistas contratados para escrever regularmente matérias com opiniões negativas sobre o jogador. Em seu último lance, Casagrande afirmou que “se Neymar for convocado será o primeiro grande erro de Ancelotti na seleção”.

Tal colocação se deu antes da convocatória que, de fato, deixou Neymar de fora da lista. Pelo que diz o técnico gringo da seleção, Neymar ficou fora da lista em razão de alegados problemas físicos, embora o jogador não tenha se pronunciado sobre.

Casagrande afirmou que “se Carlo Ancelotti não convocar Neymar, não será por contusão, mas sim por falta de mérito, já que ele não tem jogado nada

desde que voltou. Não tem velocidade, perde a bola com muita facilidade, principalmente quando tenta driblar longe da área adversária”.

Ainda disse que “reclama o tempo todo da arbitragem, muitas vezes com agressividade excessiva. Fez alguns gols e deu algumas assistências que seus fãs, na imprensa e entre anônimos, usam para justificar uma possível convocação, mas se colocarmos na balança de um lado seus gols e assistências e, do outro lado, as bolas que perde, que geram contra-ataques, a desproporcionalidade é clara. Sem contar o número de presenças inócuas nos jogos do Santos”.

Neymar está realmente fora de forma, em razão das constantes lesões, mas o pouco que fez no Santos já serviu para demonstrar, uma vez mais, ser um jogador muito diferenciado, digno de seleção, mesmo que fosse para ficar no banco. Neymar é o típico jogador que se convoca de qualquer jeito.

Romário, Ronaldo e mes-

mo Pelé já foram alvo de críticas como essas às vésperas de grandes finais e clássicos. Pelé quase foi descartado da Copa do Mundo de 1970 em razão de considerações médicas. Mas ninguém deixa craque de fora de um jogo, leva de qualquer jeito, e esse é o caso de Neymar e a Copa de 2026.

Por exemplo, em julho de 1994, após o Tetracampeonato mundial, Romário afirmou: “jogamos contra a imprensa (...) tenho certeza que muitas rádios e que muitas televisões foram contra vão perder totalmente a sua audiência pelas palhaçadas que fizeram pra gente (...) vocês todos foram contra. Se quiserem fotografar agora vão ter que ir lá na puta que o pariu.”

Por outro lado, a preparação para a copa do mundo tem que ser analisada em termos muito mais profundos que os queixumes que a imprensa apresenta contra Neymar por ser bocadura ou estar mal fisicamente.

A Copa do Mundo exige jogadores experientes, jogadores que possam fazer a diferença in-

dividualmente, jogadores que sejam bons de assistência e geniais. Neymar une tudo isso, basta ver o gol contra a Croácia em 2022, e convocá-lo agora teria sido melhor para a confiança dele e do time que, em grande medida, tem nele um ídolo.

Da mesma forma, a presença inusitada e mesmo escandalosa de um gringo no comando da seleção, em conjunto com uma imprensa anti-seleção são mais problemas a serem resolvidos pelos jogadores, não tem muito o que fazer. E Neymar, pela história e importância para o futebol brasileiro, cumpre um papel fundamental se o propósito for trazer o hexa em 2026.

Por fim, não custa nada apresentar o que Neymar já fez em seu retorno ao Santos. Casagrande, em sua melhor forma, não chegou nem perto. Resta saber quantos jogadores, na atualidade, são capazes de fazer em campo o que Neymar faz:

POLÊMICA

Para a Folha, ditadura é ‘maturidade democrática’

Jornalista da golpista Folha de S. Paulo, diz que julgar Bolsonaro é sinal de maturidade democrática, apesar de que democracia é uma palavra que no Brasil dão para a ditaduras



Xandão, Imperador do Brasil | DCO

“Julgar Bolsonaro é sinal de maturidade democrática”, este é o título do artigo do opinião, de autoria de Marcos Augusto Gonçalves publicado nesta sexta-feira (29) na Folha de São Paulo. É um jogo de palavras que tenta acobertar a ilegalidade, a inconstitucionalidade que envolve esse julgamento.

A Constituição, o devido processo legal, os direitos democráticos, tudo isso está sendo pisoteado; no entanto, segundo o autor, essa ditadura judiciária imposta no Brasil seria um sinal de “maturidade democrática”. É aquilo que George Orwell, no seu livro 1984, batizou de Novilíngua e Duplipensar, a utilização de termos que subvertem o sentido real das coisas mascarando sua evidente contradição como, por exemplo, escravidão é liberdade, guerra é paz, ignorância é força etc.

No primeiro parágrafo, Gonçalves diz que “marcado para começar no próximo dia 2 de setembro, o julgamento dos acusados de tentativa de golpe de Estado no Brasil terá como ápice a decisão que envolverá seu principal personagem, o ex-presidente Jair Bolsonaro. A proximidade do evento, como disse Luís Roberto Barroso, atual presidente do Supremo Tribunal Federal, envolve o país em “momento tenso”, o que é compreensível dado o ineditismo da situação” – grifo nosso.

Como já foi dito, e demonstrado, diversas vezes por este Diá-

rio, não houve tentativa de golpe. Bolsonaro pode ser o principal personagem dessa farsa, no entanto, há diversas pessoas “anônimas” sendo julgadas e condenadas a penas absurdas por terem se sentado na cadeira de um juiz, ou passado batom em uma estátua que limpavam em menos de 5 minutos.

Nenhuma dessas pessoas deveria estar sendo julgada na primeira instância, o que seria o correto, e muito menos por um crime coletivo, sem a devida tipificação. Na verdade, é estranho que o Supremo Tribunal Federal, não as polícias a procuradoria sejam a fonte do inquérito. E mais estranho ainda que um tribunal investigue, processe e julgue, tendo um de seus ministros como vítima. Fica difícil enxergar aí qualquer resquício de maturidade democrática.

Chama a atenção que Gonçalves utilize o termo “evento”, é praticamente um ato falho, pois se trata mesmo de um espetáculo. De certa maneira, inclusive, parecido com o que fizeram com o PT inúmeras vezes.

A “constitucionalidade”

O segundo parágrafo é cômico, o autor diz que, citando Luís Roberto Barroso, “trata-se do encerramento de um ciclo ‘em que se considerava legítimo e aceitável a quebra de legalidade constitucional por não gostar do resultado eleitoral’”. Logo o STF, com voto de Barroso, que prendeu Lula,

vem falar em quebra de legalidade? O Supremo está por cima de todas as legalidades nesse caso de “tentativa de golpe”, é um escárnio.

Em seu artigo demagógico, Gonçalves escreve que “o que estamos por presenciar reveste-se de grandeza histórica numa cultura política sempre inclinada às acomodações, ao favorecimento violento e oportunista das elites, às ambiguidades no tratamento das leis, às tergiversações com a defesa de direitos e aos casuísmos que solapam as instituições”. É preciso perguntar: por que os oportunistas que acomodam, favorecem, tergiversam, estariam agora agindo corretamente? Seria uma iluminação divina? Ninguém pode acreditar nisso.

Gonçalves reclama que a república brasileira teria nascido de um golpe militar. Omite, no entanto, que a própria Folha de S. Paulo, para a qual escreve, participou do golpe de 64 e também do de 2016, o que levou Bolsonaro ao poder.

Para o autor, “o caso transcorre em momento conturbado, tanto pela proximidade do ano eleitoral quanto pela tentativa extemporânea de nova intervenção dos Estados Unidos em defesa da extrema direita no Brasil. Desta vez a investida é personificada pelo descompensado Donald Trump, que na mesma direção procura solapar a democracia em seu país —cada vez mais parecido com uma autocracia”.

Qual é a novidade? A pro-

ximidade do ano eleitoral vem a calhar, a burguesia cansou de fazer isso contra o PT. Seja em petrolões, mensalões, lava jatos, quanto mais próximo de eleições, melhor, pois é disso que se trata: eleições.

Gonçalves escreve que a democracia nos Estados Unidos, por obra de Trump, está “cada vez mais parecido com uma autocracia”. Onde estava o autor quando se aprovou a “Lei Patriótica” nos EUA? Seria desde sempre autocracia um país que promove guerras e golpes (como no Brasil) e impede que países consigam até comprar remédios?

Cinismo

Depois de pisotear a Constituição, atropelar o devido processo legal, Marcos Augusto Gonçalves diz esperar que “o Supremo conduza o julgamento de modo sereno e fundamentado, com respeito às garantias dos réus, para que o país possa passar por essa etapa difícil —fruto da persistência de velhos impulsos golpistas— e consolidar sua democracia”.

É óbvio que Alexandre de Moraes, imperador do Brasil, figurando como vítima em um processo que ele mesmo investiga, será muito sereno no julgamento de Bolsonaro. Tudo bem que o Supremo tenha sido peça-chave no golpe de 2016, mas os “impulsos golpistas”, pela primeira vez, serão deixados de lado e a justiça será feita com a maior isenção. Acredite quem quiser.

AMÉRICA LATINA

Bolívia e Brasil: que fazer e que não fazer

Movimento de Evo Morales, no momento, tem muito mais apoio popular do que o governo Lula no Brasil, que abdica da luta em nome de uma aliança com a burguesia



Evo Morales | Reprodução

No dia 18, o sociólogo e colunista do Brasil 247 Emir Sader publicou uma coluna com sua interpretação dos eventos que envolveram o primeiro turno das eleições bolivianas. A matéria, intitulada “A derrota da esquerda na Bolívia”, no entanto, apresenta uma forte tendência à capitulação da esquerda no Brasil, já que aparece como um apoio à política de golpe de Estado do imperialismo no país andino.

Sader inicia seu texto com surpresa, o que também demonstra desconhecimento da história recente boliviana, já que a tendência de uma vitória da direita não era grande, mas certa, já que o único candidato capaz de impedir que a burguesia vencesse as eleições era Evo Morales, impedido de concorrer, como Lula em 2018:

“A Bolívia nos surpreende mais uma vez. Desta vez, negativamente. Em poucos meses, o país passou de um projeto concreto de luta contra o neoliberalismo para um segundo turno de eleições presidenciais, com dois candidatos de direita. Muitos fatores devem ser levados em conta para uma mudança tão radical de uma situação para outra.”

Em 2019, Evo Morales se preparava para exercer seu quarto mandato à frente da presidência da Bolívia, quando um processo de golpe de Estado muito violento o destituiu. Durante um ano após sua queda, o país foi governado por Jeanine Añez, uma

neoliberal.

Somente o fato de o país ter sido governado por Añez já colocaria em xeque a ideia de Emir Sader de que a Bolívia vinha de um “projeto concreto de luta contra o neoliberalismo”. No entanto, em novembro de 2020, novas eleições foram realizadas.

Assim como nas eleições brasileiras de 2018, quando Lula foi impedido de se candidatar em um novo golpe de Estado, uma atualização do golpe de 2016, Evo Morales também foi impedido. Quem ocupou o lugar de Haddad no país vizinho foi Luís “Lucho” Arce, que havia sido ministro de Evo em duas ocasiões distintas.

No entanto, após um começo próximo da militância do MAS e de Evo, Arce passou aos poucos a tomar controle do partido, dando um golpe contra a antiga liderança e contra toda a militância de esquerda.

O caso não é, porém, uma novidade. O mesmo processo já havia acontecido com Rafael Correa no Equador, quando apoiou Lenin Moreno e sofreu um golpe. Já no Peru, um ano após as eleições de Arce, um caso semelhante acontecia quando a justiça impedia Vladimir Cerrón de se candidatar à presidência. Seu substituto, Pedro Castillo, também deu um golpe no partido e encheu seu governo de direitistas que depois o destituíram.

Emir Sader, no entanto, não olha para todo o processo que levou ao enfrentamento entre Evo Morales e Luis Arce, que

contou, inclusive, com uma tentativa fajuta de golpe de Estado, em que o general Juan Jose Zúñiga fingiu tentar tomar o poder de Lucho e, posteriormente, admitiu que a tentativa não passava de um combinado com o presidente para tentar impedir que Evo pudesse se candidatar nas eleições deste ano. O que Emir Sader vê é apenas uma disputa de ego que coloca Evo Morales como o grande vilão das eleições atuais:

“O presidente do país era Luis Arce, ministro da Economia de Evo Morales, que buscava a reeleição. Evo se opôs à medida. Álvaro García Linera, que havia sido vice-presidente de Evo, propôs que Arce pudesse exercer um segundo mandato, como já havia feito.

Evo rejeitou a proposta, e uma guerra fratricida entre ele e Arce começou naquele momento.”

Ou seja, segundo a visão do sociólogo, Evo Morales deveria ter caído no mesmo golpe duas vezes, sendo a primeira vez nas eleições que levaram Arce ao governo da Bolívia em 2020 e a segunda nesta, apoiando a pessoa que tomou o partido das mãos da militância evista e se organizou junto de militares para impedir que Evo voltasse a se candidatar à presidência.

Na sequência, mais uma falta de conhecimento do processo político boliviano:

“Este último (Arce) retirou sua candidatura, mas Evo, que legalmente não pode ser candidato

por ter exercido dois mandatos como presidente, insistiu em permanecer na disputa. Ele usou sua capacidade de mobilizar camponeses, especialmente em sua região natal, Cochabamba, para paralisar o país.”

Se isso que Emir Sader diz fosse verdade, por que Evo simplesmente não tentou se candidatar à presidência da Bolívia dentro do MAS? Ele mesmo diz que o líder dos sindicatos cocaleiros “insistiu em permanecer na disputa”, o que ele de fato fez, já que tentou fundar outro partido, depois tentou entrar em outro partido já existente, ambos impedidos pela justiça. Se ele tentou a candidatura em outros partidos, por que não tentou dentro do MAS?

A realidade é que ele não poderia tentar a candidatura pelo MAS porque Arce tomou o partido e impediu sua candidatura, participando ativamente do golpe de Estado contra a vontade popular.

Se não bastasse, as críticas de Emir Sader ao movimento popular boliviano beiram os jornais coxinhas que criticavam as ações do MST no Brasil, já que, após dizer que Evo usou sua popularidade “para paralisar o país”, o colunista diz:

“Enquanto isso, a situação econômica, que estava sob controle, começou a gerar inflação e aumentos descontrolados de preços, especialmente de bens de consumo populares. O governo Arce, que parecia ser o responsável pela crise econômica, tam-

bém perdeu apoio.”

Ou seja, os culpados pela péssima situação econômica do país mais pobre da América do Sul são as pessoas que se mobilizaram contra o golpe de Estado, enquanto o governo responsável pelo golpe “parecia ser o responsável pela crise” e perdeu o apoio.

Não bastasse a ideia de que Evo deveria ter caído pela segunda vez no mesmo golpe, Sader aponta como saída alternativa a candidatura de outro cidadão participe no golpe:

“O impasse estava estabelecido. Andrónico Rodríguez, um jovem líder camponês que era presidente do Congresso, lançou sua candidatura como uma alternativa à polarização. Mas Evo também não o apoiou.”

Na Análise Política de 3ª do dia 19, o companheiro Rui Costa Pimenta explica que as candidaturas que se apresentaram à esquerda nestas eleições cumpriram o papel de impedir o desenvolvimento da mobilização pelo voto nulo, que vinha sendo chamada pelos movimentos sociais bolivianos como denúncia contra o golpe de Estado.

O fato de que Sader acredite que Evo deveria apoiar Andrónico Rodríguez, ainda mais citando que se tratava de uma tentativa de impedir a polarização do país, demonstra a completa subserviência do colunista à política da burguesia imperialista, justamente quem leva adiante o neoliberalismo em nossa região, o que também rompe com a ideia anteriormente apresentada de que a preocupação do sociólogo é em conseguir uma alternativa ao neoliberalismo.

Na sequência, é apresentada novamente a ideia de que quem governava a Bolívia nas últimas décadas era o MAS:

“A direita, que havia sido marginalizada do governo pelos vinte anos de governos do MAS, encontrou uma maneira de ocupar seu espaço, lançando seus dois candidatos tradicionais, que começaram a se destacar nas pesquisas.”

Emir Sader realmente acredita que Evo Morales não pôde se candidatar por ter cumprido dois mandatos como presidente. Porém, não leva em consideração que Evo já havia rompido com essa ideia há muito tempo, tanto é que cumpriu três mandatos e havia sido eleito para o quarto quando foi derrubado no golpe de 2019.

Mas, se o problema real não é a quantidade de vezes que Evo Morales foi eleito presidente, por que a burguesia queria tanto impedir sua candidatura?

A resposta é simples: por mais que Evo Morales pudesse capitular, o que aconteceu algumas vezes, inclusive nos já comentados episódios dos golpes de 2019 e de 2020, o imperialismo não poderia permitir a eleição de alguém minimamente popular,

já que há a necessidade de se fazer terra arrasada da economia dos países latino-americanos, vide o que acontece na Argentina atualmente.

Sendo assim, as eleições atuais jamais poderiam permitir que alguém contrário ao projeto de destruição neoliberal fosse vencedor. As eleições já estavam com o resultado preestabelecido pela burguesia imperialista, fosse um candidato esquerdista ou diretista, qualquer opção levaria a um governo extremamente neoliberal.

A única oposição viável a esse projeto, seria a de uma candidatura de Evo Morales, o único candidato realmente popular do país.

Essa análise acaba com a ideia de Emir Sader de que seria possível vencer a direita neoliberal nas eleições deste ano. Mesmo assim, o colunista se surpreendeu:

“Evo, por sua vez, começou a fazer campanha, inclusive nas ruas, pelo voto nulo. No primeiro turno, o que parecia impensável finalmente aconteceu. Os dois candidatos de direita chegaram ao segundo turno. O candidato oficial do MAS e Andrónico receberam poucos votos, assim como o voto nulo proposto por Evo Morales.”

Evo Morales conseguiu fazer com que 20% do eleitorado votasse nulo nas eleições, uma grande vitória política. Somados, os dois candidatos “esquerdistas” obtiveram 8% dos votos.

É preciso entender que o voto nulo, nas atuais circunstâncias, é um voto muito crítico, o que demonstra o nível de consciência política dos evistas durante o primeiro turno, desmascarando completamente o circo armado pela burguesia para o golpe contra a vontade popular.

O alto nível de consciência política demonstra que o próximo governo enfrentará uma forte resistência às políticas de terra arrasada que o imperialismo pretende implantar no país.

Além disso, o segundo turno promete uma vitória ainda maior à política popular, já que, agora, não há impedimentos como o alto número de candidatos para impedir o voto nulo, podendo subir a uma porcentagem muito mais alta que os 20% da primeira etapa.

A proposta de Emir Sader para a esquerda boliviana, porém, parece ser diferente da de Evo dos 1,6 milhão de bolivianos que se negaram a votar em conjunto com o imperialismo no primeiro turno:

“Assim, a Bolívia se encontra às vésperas do retorno da direita ao governo, com o fim do período virtuoso dos governos do MAS, que contavam com amplo apoio popular. Um, mais moderado, Rodrigo Paz, senador de centro-direita; o outro, Jorge Tuto Quiroga, diretista tradicional,

defensor da privatização de empresas públicas e do retrocesso do modelo neoliberal.

Rodrigo Paz venceu no primeiro turno e se tornou o favorito para se tornar o primeiro presidente de direita da Bolívia em 20 anos. Evo Morales, por sua vez, pode se considerar vitorioso. Seus apoiadores apedrejaram e vaiaram Andrónico quando ele foi votar, tornando-o seu principal adversário.”

Ou seja, após Emir Sader dizer que Evo deveria ter votado em um dos esquerdistas golpistas para impedir um governo neoliberal, Emir Sader já começa a pintar a imagem do até então demônio neoliberal Rodrigo Paz como “moderado”, “de centro-direita”, alguém mais palatável do que Jorge Quiroga, um “diretista tradicional”, “defensor da privatização de empresas públicas e do retrocesso do modelo neoliberal.”

Não eram os dois, até então, nesse mesmo texto, dois neoliberais? O que mudou em alguns parágrafos? A realidade é que, caso as eleições do segundo turno fossem entre Quiroga e alguém ainda mais diretista, pelo menos da ideologicamente, Sader estaria agora suavizando sua imagem em detrimento do outro diretista e assim sucessivamente, até o infinito.

Essa é a política que vem sendo praticada pelo PT no Brasil e que não vem dando resultado algum, mas que é defendida simplesmente por ser do PT, a política da frente ampla e do mal menor. Foi assim que setores da esquerda brasileira, por exemplo, chamaram voto em Kamala Harris, a assassina de mulheres e crianças palestinas, para combater Donald Trump.

Na prática, o que Emir Sader está defendendo é a imobilidade popular e a eterna submissão aos desejos do imperialismo para o país, o que contrasta com as bravatas de soberania que o governo brasileiro vem apresentando recentemente. Sua preocupação é que, caso Lula não possa ser candidato, não faça nada, pois muitos cargos estariam em jogo caso as eleições não acontecessem normalmente, mesmo que isso signifique sacrificar milhões de vidas em um genocídio econômico e ditatorial.

A defesa dessa política também encontra raízes na direitização completa da política do Partido dos Trabalhadores, já que, caso fosse dada voz à razão e a esquerda brasileira apoiasse a candidatura de Evo Morales contra a ditadura judiciária que vive a Bolívia, ou tratasse como positivo o chamado ao voto nulo da esquerda boliviana, o apoio à ditadura do Judiciário no Brasil poderia colocar as eleições do ano que vem em maus lençóis, pois quem é perseguido no Brasil, no momento, é Bolsonaro, que teria toda a legitimidade do mundo

para chamar o voto nulo no ano que vem caso não pudesse ser candidato ou não pudesse indicar alguém realmente de acordo com sua política, como sua esposa ou filhos.

Ou seja, a defesa do regime político boliviano que se transformou em uma ditadura contra sua população, encontra raízes no apoio à ditadura do atual regime político brasileiro pós-golpe de 2016, que já vinha de objetivos mesquinhos de parte da esquerda burocrática, como vemos no parágrafo a seguir:

“A esquerda boliviana sofreu uma dura derrota, resultado, em parte, da guerra desencadeada entre ex-membros do MAS. Evo surge como a única expressão da esquerda boliviana com algum nível de apoio. Mas ele continua impossibilitado de concorrer a um cargo, devido a uma decisão do Judiciário, e sem maioria no novo Congresso, dominado pela direita, que possa reverter seu impedimento.”

Ao ler que “Evo surge como a única expressão da esquerda boliviana com algum nível de apoio”, o leitor se depara com a única informação parcialmente verdadeira do texto de Emir Sader, que só não é completamente real pois o resultado eleitoral e a ampla mobilização nacional demonstram que seu apoio é mais forte no meio da população boliviana do que em todos os momentos de vacilações e capitulações recentes que não levaram a esquerda a lugar algum.

Por fim, Emir Sader se contradiz, já que havia dito que Evo ainda tem apoio popular, mas acaba por dizer ser esse “o fim” da política de Evo Morales:

“Um triste fim para o período político mais importante da história recente da Bolívia. Evo mantém altos níveis de apoio por ter sido o líder que personificou esse processo. No entanto, sem chances de se candidatar, ele também precisa responder pela sabotagem de uma candidatura de esquerda, representada por Andrónico.”

Na verdade, não é um fim. Sader pensa isso pois não luta e tem como único e exclusivo objetivo as eleições. O movimento de Evo Morales, no momento, tem muito mais apoio popular do que o governo Lula no Brasil, que abdica da luta em nome de uma aliança com a burguesia que está acabando com sua credibilidade e a do PT em relação aos trabalhadores.

É apenas o começo de uma nova etapa política da esquerda boliviana, que se inicia com uma alta consciência da população e um grande enfrentamento ao domínio do imperialismo sobre o grande e importantíssimo país do centro da América do Sul. Que essa política se espalhe para todos os países de nosso continente.

ENTRE NA KOMBI DO PCO



KOMBIcast

COM JOÃO PIMENTA E HENRIQUE SIMONARD

TODAS AS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 19H

Política

ECONOMIA

Rotativo do cartão de crédito chega a quase 1000% ao ano

O recorde foi do Banco Crefisa, com 994,68%, seguido por Banco Triângulo (992,18%) e Calcred (984,61%)



Cartão de crédito | Foto: Reprodução

O Banco Central divulgou, nesta quarta-feira (27), o resultado das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN) referentes a julho de 2025. O relatório chama atenção para o endividamento crescente das famílias. A taxa média de juros do crédito com recursos livres foi de 57,7% ao ano em julho, e a inadimplência no segmento familiar atingiu 6,5%. O crédito rotativo do cartão, historicamente o mais oneroso, voltou a apresentar níveis alarmantes. Entre 58 instituições financeiras analisadas pelo BC entre 7 e 13 de agosto, apenas quatro praticaram juros abaixo de 100% ao ano. Na outra ponta, bancos e financeiras chegaram a cobrar taxas próximas a 1000% ao ano. O recorde foi do Banco Crefisa, com 994,68%, seguido por Ban-

co Triângulo (992,18%) e Calcred (984,61%). Instituições de grande porte também figuram entre as campeãs do rotativo: Bradesco (388,91%), Itaú Unibanco (372,75%), Santander (475,58%), Caixa Econômica Federal (301,10%), Banco do Brasil (334,98%) e NU Financeira (Nubank) (335,61%). Segundo o Banco Central, o Indicador de Custo do Crédito (ICC) ficou em 23,3% ao ano em julho. A inadimplência geral do SFN foi de 3,8%, enquanto no crédito livre chegou a 5,2%. Apesar da linguagem técnica e neutra do BC, os números evidenciam a disparidade entre o custo de captação dos bancos e os juros cobrados. Enquanto as instituições captam recursos a uma

média de 10,6% ao ano, emprestam às famílias a 57,7%, quase quatro vezes mais. Os números divulgados hoje pelo Banco Central confirmam o que já é conhecido: o Brasil é campeão mundial de juros abusivos. O destaque vai para a Crefisa, patrocinadora do Palmeiras, que atingiu a impressionante marca de 994,68% ao ano no rotativo. É praticamente 1000%. É difícil encontrar paralelo em qualquer outro país. Se o Palmeiras ainda busca o seu Mundial, a Crefisa já conquistou o dela: o Mundial dos juros altos. Dona Leila Pereira e os acionistas têm motivos de sobra para comemorar, afinal, não existe negócio mais lucrativo no Brasil do que emprestar dinheiro a famílias endividadadas. E não se trata apenas da Crefisa. Bancos públicos e privados seguem nadando em dinheiro,

operando como verdadeiros Tios Patinhas tropicais. O Banco do Brasil, a Caixa, Itaú, Bradesco, Santander, Nubank — todos figuram na lista de instituições que cobram mais de 300% ao ano no rotativo. Para as famílias, a situação é dramática. A taxa média de juros já é um massacre: 57,7% ao ano. Quem toma R\$ 1.000 emprestados e paga em dia desembolsa cerca de R\$ 1.600 em um ano. Mas quem atrasa — e milhões de brasileiros atrasam — é lançado numa bola de neve que pode multiplicar a dívida por dez. Enquanto isso, o governo paga caro por sua própria dívida pública. Cada aumento de 1% na Selic acrescenta R\$ 57,8 bilhões por ano aos cofres dos banqueiros. Ou seja: ganha o banco, perde o povo.

JUDICIÁRIO

PGR: não existe lei de ‘transfobia’ no Brasil

Procuradoria-geral da República avaliou processo da deputada transsexual Érika Hilton contra feminista que a chamou de "homem"



Érika Hilton | Foto: Reprodução

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu o arquivamento do recurso apresentado pela deputada federal “transsexual” Erika Hilton (PSOL-SP) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra Isabella Cêpa, feminista que se referiu à parlamentar como “homem” nas redes sociais. O parecer da PGR, assinado pelo procurador-geral Paulo Gonet, não apenas apontou falhas processuais na tentativa de reabertura da ação, como refor-

çou um ponto central: não há no ordenamento jurídico brasileiro uma lei que tipifique a chamada “transfobia” como crime. O processo teve início em 2020, quando Cêpa publicou comentários após a eleição de Hilton para a Câmara Municipal de São Paulo. Na ocasião, chamou atenção ao fato de que a vereadora mais votada da cidade “era um homem”. A declaração gerou denúncia do Ministério Público de São Paulo, acolhida pela Justiça estadual.

O caso, no entanto, acabou remetido à Justiça Federal, onde o Ministério Público Federal pediu o arquivamento por ausência de previsão legal para o enquadramento do crime. A base do processo gira em torno de uma decisão do STF de 2019, que equiparou a “homofobia” e a “transfobia” ao crime de racismo, alegando omissão legislativa do Congresso. Ou seja, uma usurpação de poderes. Na prática, porém, não houve criação de lei específica: o que existe

é uma interpretação judicial, sem força de norma aprovada pelo Legislativo. Isabella Cêpa, que atualmente vive no exterior, afirma ter recebido status de refugiada em um país do leste europeu, sob alegação de perseguição política. Ela mesma, contudo, destacou que a equiparação feita pelo STF gera insegurança jurídica, uma vez que cria um crime sem respaldo em lei aprovada.

INTERNACIONAL

GUERRA DA UCRÂNIA

Trump estaria ‘frustrado’ com sabotagem de Zelensqui

Putin não descartou encontrar-se com Zelensqui, mas insistiu que uma reunião só poderia acontecer após progressos concretos nas negociações



Trump e Zelensqui | Foto: Reprodução

Segundo a revista norte-americana *The Atlantic*, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, demonstrou frustração com a Ucrânia e a União Europeia em relação à posição deles sobre a resolução do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Trump se encontrou com o presidente russo, Vladimir Putin, no Alasca e, depois, recebeu o ucraniano Vladimir Zelensqui em Washington, capital dos Estados Unidos. Ele pressionou por uma paz duradoura em vez de um cessar-fogo e insistiu em um encontro direto entre Putin e Zelensqui.

No entanto, nos últimos dias, Trump teria se queixado em privado de que sua diplomacia de não produziu resultados. Segundo as fontes da revista norte-americana, Trump demonstrou “certa frustração” com Zelensqui e aos líderes europeus por serem pouco realistas em suas exigências, afirmando que a Ucrânia teria de ceder parte do território para encerrar a guerra.

“Ele só quer que isso acabe. Quase não importa como”, disse um alto funcionário.

Desde suas conversas com Zelensqui, Trump tem enfatizado que a recuperação da Cri-

meia pela Ucrânia e a adesão do país à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são ambas “impossíveis”, pedindo ao líder ucraniano “um pouco de flexibilidade”.

A Rússia insiste há tempos em um acordo de paz que elimine as causas profundas do conflito. Exige que a Ucrânia mantenha neutralidade, permaneça fora da OTAN e de outros blocos militares, a desmilitarização e a desnazificação, além de aceitar a nova realidade territorial — incluindo o status da Crimeia, Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporija como partes da Rússia — territórios que

votaram pela adesão ao país em referendos em 2014 e 2022.

Na terça-feira (26), Trump ameaçou impor sanções e tarifas tanto à Rússia quanto à Ucrânia caso não avancem nas negociações.

Putin não descartou encontrar-se com Zelensqui, mas insistiu que uma reunião só poderia acontecer após progressos concretos nas negociações. A Rússia também questionou a legitimidade de Zelensqui, citando o término de seu mandato e alertando que qualquer acordo assinado por ele poderia ser anulado.

ORIENTE MÉDIO

Norte-americanos podem ser processados por apoio a ‘Israel’

Em outubro de 2024, o ex-presidente Joe Biden confirmou que forças de operações especiais e pessoal de inteligência dos Estados Unidos ajudaram no assassinato de líderes do Hamas



Joe Biden | Foto: Reprodução

A Human Rights Watch (HRW) alerta que o apoio militar dos EUA a “Israel” pode expor funcionários norte-americanos a processos por crimes de guerra cometidos em Gaza. A organização alertou que indivíduos do exército americano que ajudarem em operações que violam o direito humanitário internacional podem enfrentar processos por crimes de guerra.

Embora a maioria das críticas à participação dos Estados Unidos se tenha concentrado na transferência de armas para “Israel”, a HRW destaca outra dimensão: a colaboração operacional e de inteligência. Os Estados Unidos não só forneceram vastas quantidades de armas, aproximadamente US\$17,9 bilhões, mas

também participaram ativamente da partilha de informações de inteligência e do planejamento militar estratégico.

Omar Shakir, diretor da HRW para “Israel” e Palestina, disse ao jornal britânico The Guardian que a participação dos Estados Unidos foi “além da cumplicidade” e se tornou uma participação direta. Ele enfatizou que o pessoal norte-americano envolvido no planejamento operacional ou em funções de inteligência pode ser individualmente responsabilizado se as suas contribuições tiverem ajudado em crimes de guerra.

A extensão da participação dos Estados Unidos permanece classificada, mas tanto os governos atuais quanto as anteriores

reconheceram publicamente a cooperação. Em outubro de 2024, o ex-presidente Joe Biden confirmou que forças de operações especiais e pessoal de inteligência dos Estados Unidos ajudaram no assassinato de líderes do Hamas, incluindo o mártir Iahia Sinuar.

Mais recentemente, autoridades do governo Trump revelaram que foram consultadas por “Israel” antes de uma operação mortal em 18 de março que resultou no martírio de mais de 400 palestinos.

Especialistas em direito internacional afirmam que ajudar ou incitar um crime de guerra é, por si só, uma violação passível de processo. Em entrevista a The Guardian, Janina Dill da Universidade de Oxford obser-

vou que mesmo que os Estados Unidos não sejam signatários do Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional (TPI) tem jurisdição sobre crimes cometidos em Gaza. Países com jurisdição universal, como a Alemanha e a Bélgica, também poderiam abrir processos contra o pessoal norte-americano.

Situações passadas, como a assistência dos Estados à coligação liderada pela Arábia Saudita na guerra no Iêmen, sublinham os riscos. Embora as forças norte-americanas não tenham bombardeado diretamente o Iêmen, o seu apoio através de reabastecimento e logística foi fundamental e amplamente condenado por permitir a morte de civis.

ORIENTE PRÓXIMO

Parlamento iraniano propõe saída urgente de acordo nuclear

Medida é reação às provocações de França, Alemanha e Reino Unido



Parlamento iraniano | Foto: Reprodução

Após o anúncio de França, Alemanha e Reino Unido de acionar o mecanismo snapback de sanções contra o Ira, o parlamento do país redigiu e apresentou um projeto de lei de emergência propondo a retirada total do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Hossein-Ali Haji-Deligani, vice-presidente do Comitê do Artigo 90 do parlamento iraniano, confirmou que o projeto será incluído no sistema parlamentar no dia seguinte e, posteriormente, será revisado em uma sessão aberta. “Como já havíamos afirmado, esses países já estavam implementando as consequências do mecanismo snapback, incluindo

sanções contra nós. Não há nada de novo nisso”, disse Haji-Deligani à agência de notícias iraniana Tasnim. Ele também declarou que as medidas tomadas foram “a resposta mais mínima do parlamento à recente ação dos países europeus, e outras medidas que causarão arrependimento também estão na agenda”. A legislação proposta surge em meio a uma crescente frustração no Irã com o repetido fracasso do imperialismo em honrar acordos e aliviar a pressão sobre o Irã. Haji-Deligani observou que o parlamento do Irã está determinado a seguir um curso de ação firme e dissuasivo. De acordo com o legislador,

a ativação do mecanismo snapback efetivamente restabelece as sanções anteriores, mas não introduz novos desenvolvimentos. No entanto, ele enfatizou que a resposta do Irã será estratégica e assertiva. Criticando a continuação do diálogo com os países ocidentais, Haji-Deligani afirmou: “Dado o que esses três países fizeram, as negociações com eles agora não têm sentido. O diálogo apenas os encorajará”. “Testemunhamos que durante as negociações com os arrogantes EUA, uma guerra brutal foi lançada contra nosso país por Israel, e os EUA bombardearam nossos locais nucleares pacíficos”, ele acrescentou. “Nos-

so povo sabe claramente que as conversas com esses países não trouxeram nada além de mais pressão. Portanto, todo o diálogo deve ser suspenso até que esses países abandonem seus duplos padrões.” O projeto de lei de emergência sinaliza um ponto de virada potencial nas conversas entre Irã e o imperialismo e destaca uma mudança significativa na abordagem política do Irã em relação à sua questão nuclear. A medida pode impactar a estrutura mais ampla que rege o programa nuclear iraniano e a diplomacia regional.

ATIVIDADES DO PARTIDO

UNIVERSIDADE MARXISTA

É amanhã! Venha aprender a política revolucionária para eleições

Atividade ocorre nos dias 30 e 31 de agosto



Universidade Marxista | Foto: Reprodução

A Universidade Marxista, plataforma de formação política impulsionada pelo Partido da Causa Operária (PCO), realiza nos dias 30 e 31 de agosto seu mais novo curso: A política marxista para as eleições. Uma vez mais, o curso será ministrado por Rui Costa Pimenta, presidente nacional do PCO, com mais de 45 anos de experiência na luta de classes. O curso se propõe a enfrentar uma das questões políticas mais importantes do próximo período: qual deve ser a política dos revolucionários diante das eleições promovidas pela burguesia?

Qual a função de um partido operário nesse processo? Que tipo de alianças são possíveis? São algumas das perguntas que serão discutidas ao longo da formação. A proposta não é nova. Trata-se de um tema clássico do marxismo revolucionário. Karl Marx analisou a atuação da burguesia e dos trabalhadores durante a Revolução de 1848. O Partido Social-Democrata Alemão, ainda em sua fase revolucionária, participou ativamente das eleições como parte de sua política de agitação e propaganda socialista. Durante a ditadura dos czares, Vladimir Lênin e Leon Trótski também se utilizaram das eleições como instrumento de denúncia do regime burguês.

A política revolucionária diante das eleições será discutida com base em textos fundamentais desses grandes nomes do marxismo. A atividade busca apresentar a elaboração programática do PCO, que já demonstrou sua correção na prática: nas últimas eleições municipais, o Partido foi o único da esquerda brasileira a crescer em número de candidatos e apresentou o maior crescimento percentual de votos para prefeito e vereador em todo o país, mesmo sob intenso

boicote da burguesia. Com um crescimento de quase 1.000% em votos, o PCO demonstra que é possível intervir nas eleições sem capitular às ilusões democráticas do regime burguês, e que a teoria revolucionária é a principal arma para orientar a luta dos trabalhadores. A Universidade Marxista, consolidada como a maior plataforma de formação política da esquerda nacional, convida todos os militantes, ativistas e interessados a participarem da atividade. Inscreva-se já por meio do sítio unimarxista.pco.org.br

BLOGS E COLUNAS

COLUNA



Hélio Rocha

Adeus, Lênin!: o charme do simples e a derrota da burocracia

Filme mostra que a Alemanha Oriental não era só repressão ou privação. Havia ali uma prosperidade do simples: todos tinham acesso a trabalho, saúde e educação



Adeus, Lênin! | Foto: Reprodução

Wolfgang Becker lançou Adeus, Lênin! em 2003 e logo conquistou crítica e público. A premissa é engenhosa: uma mãe socialista convicta entra em coma pouco antes da queda do Muro de Berlim. Quando acorda, meses depois, seu filho teme que a notícia da reunificação seja forte demais para seu coração frágil. A solução? Recriar dentro do apartamento a Alemanha Oriental que já não existe.

Essa farsa doméstica rende algumas das cenas mais engraçadas do cinema europeu recente. O filho e seus amigos gravam telejornais falsos, reciclam potes de conserva com rótulos antigos e inventam justificativas para a presença de produtos capitalistas no armário. É humor de situação, mas também humor político: a mentira piedosa de um filho faz mais para manter viva a aparência do regime do que toda a propaganda estatal da época. O riso surge não da superioridade ocidental, mas da criatividade cotidiana para preservar o mundo de uma mãe que acreditava sinceramente naquele sistema.

O socialismo do simples — e seus limites

O filme mostra que a Alemanha Oriental não era só repressão ou privação. Havia ali uma

prosperidade do simples: todos tinham acesso a trabalho, saúde, educação e até a bens de consumo básicos. O carro Trabant, por exemplo, se tornou símbolo dessa igualdade. Não era luxuoso, mas estava ao alcance da maioria — um “Fusca do Leste”, charmoso em sua simplicidade. Essa sensação de inclusão universal dava dignidade à vida cotidiana.

Porém, a burocracia que sustentava essa igualdade acabou se tornando armadilha. Para evitar disparidades, o sistema engessava a inovação. Produtos demoravam a se modernizar, fábricas continuavam a operar com defasagens, e qualquer tentativa de repensar políticas era sufocada por decretos rígidos. Assim, mesmo não sendo um regime de violência sistemática como as ditaduras latino-americanas, a RDA perdeu espaço por incapacidade de se reformar.

O filme sugere que a comparação com o Ocidente — vitrines brilhantes, carros de luxo, propagandas coloridas — foi importante, mas não decisiva. O colapso veio mais da estagnação burocrática do que da tentação consumista. A mãe, símbolo dessa fidelidade, aceitava todas as disposições do regime como naturais. Sua fé cega na autoridade estatal traduzia o que foi o grande fracasso: a impossibilidade de autocrítica, de admitir erros e re-

desenhar projetos.

Humor e melancolia versus vigilância e medo

Nesse sentido, Adeus, Lênin! é um filme leve sobre um tema pesado. Ele escolhe a via da comédia afetiva para falar de um regime que ruiu mais por falta de elasticidade do que por excesso de violência. As cenas em que o filho inventa notícias para justificar a chegada de produtos ocidentais ou cria narrativas fantasiosas de líderes socialistas acolhendo refugiados alemães orientais são engraçadas, mas também profundamente melancólicas. Elas lembram ao espectador que, para muitos, a queda da RDA foi tanto libertação quanto perda de identidade.

O contraste com A Vida dos Outros (2006) ajuda a entender essa diferença de tom. Enquanto Becker enfatiza o absurdo e a ternura, Florian Henckel von Donnersmarck mergulha na repressão. A Vida dos Outros mostra a sombra da Stasi, os artistas vigiados, o medo constante da denúncia. É a face mais dura da RDA, a que lembrava que nem todo mundo podia rir. Juntos, os dois filmes constroem um retrato ambíguo: um país onde se podia viver com dignidade no simples, mas onde a vigilância e a falta de

liberdade corroíam silenciosamente qualquer possibilidade de futuro.

Vale a pena ver Adeus, Lênin!?

Sim. Duas décadas depois, o filme mantém frescor e relevância. Ele não romantiza a RDA, mas lembra que os regimes não se medem apenas por vitórias econômicas ou derrotas militares. Medem-se também pela vida cotidiana de seus cidadãos, pelas crenças que carregam e pelas mentiras que contam a si mesmos para sobreviver.

O humor do filho enganando a mãe é também crítica: enquanto a burocracia real sufocava reformas, a imaginação pessoal criava soluções improvisadas. Adeus, Lênin! nos lembra que a história não é feita apenas por líderes e decretos, mas também por pequenos gestos, por narrativas domésticas e pelas formas inventivas de lidar com a mudança. É um filme que diverte, emociona e, ao mesmo tempo, aponta para a pergunta central: como regimes que ofereciam igualdade material puderam ruir tão rápido? A resposta está no riso melancólico que atravessa cada cena.

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a deste Diário

COLUNA



Ricardo Rabelo

Líbano: colapso ou guerra?

"Israel" voltou recentemente a agredir pesadamente o Líbano, devido à intensa ofensiva do Hesbolá ao norte de "Israel", como retaliação pelo genocídio de "Israel" em Gaza



A indignação dos libaneses contra o enviado dos EUA ao Líbano | Foto: Reprodução

O Líbano é um país alvo do imperialismo desde pelo menos 2006, quando o Hesbolá derrotou e expulsou do país as tropas invasoras de “Israel”, sendo um dos países cuja própria existência vem sendo colocada em questão. Fustigado pelo imperialismo norte-americano, de um lado, e pelas regulares ações militares de “Israel”, por outro, o Líbano passa desde 2019 por uma enorme crise econômica que praticamente destruiu a economia do país. Depois da derrota dos EUA na guerra contra a Síria, Washington se voltou então para a guerra econômica em larga escala. Foi decretada a chamada Lei César, que entrou em vigor em junho de 2020 e previa sanções aos aliados e ao próprio regime sírio, de Bashar al-Assad. Essas sanções buscam intervir nas relações econômicas e diplomáticas da Síria, para evitar investimentos e fornecimento de materiais para o país. Para o Líbano, isso significou, desde então, estar sob cerco econômico, já que faz fronteira apenas com “Israel”, considerado inimigo do país, e a Síria.

Além disso, os EUA impuseram sanções aos libaneses ricos que vivem no exterior e a mais de um banco. Isso levou o Líbano a uma escassez de vários bilhões de dólares em dinheiro que os membros da família costumavam mandar do exterior para seus parentes. Outro problema crônico do Líbano é o fornecimento de energia elétrica, que é limitado a 5h por dia no máximo, devido à incapacidade de gerar dólares para comprar óleo diesel para termoelétricas e à interferência dos EUA, que impede o acesso do gás ou petróleo do Irã ou da Síria, devido às sanções a estes países. Um acordo com o Iraque atenuou parcialmente o problema.

“Israel” voltou recentemente a agredir pesadamente o Líbano, devido à intensa ofensiva do Hesbolá ao norte de “Israel”,

como retaliação pelo genocídio de “Israel” em Gaza. Os bombardeios recentes de “Israel” no Líbano foram precedidos de vários avisos de que a invasão do Líbano por “Israel” era uma prioridade visando o Hesbolá. Antes disso, “Israel” realizou um atentado terrorista contra civis libaneses, fazendo explodir milhares de pagers e walkie talkies que eles portavam. Os bombardeios de “Israel” se iniciaram em 23 de setembro do ano passado, caracterizando-se pela amplitude das áreas atingidas e pela intensidade, com uso de bombas de imenso poder explosivo. O grande alvo atingido foi o assassinato do principal líder político e religioso do Hesbolá, Hassan Nasrallah. A máquina criminosa de destruição do regime de Netanyahu não conseguiu uma invasão por terra no sul do Líbano, e por isso ataca o Líbano com bombardeios aéreos, ao mesmo tempo que desenvolveu esforços para uma mudança no governo libanês, há muito tempo sem eleger um presidente.

O governo fantoche O que parecia impossível finalmente aconteceu. O ritual de submissão do governo e da classe dominante do Líbano aos imperialismos, se repetiu em 2025. A “eleição” do novo governo foi na verdade uma operação do imperialismo norte-americano que se uniu à Arábia Saudita e a Israel para impor seus interesses e estratégias ao Líbano. A eleição no Líbano é feita apenas pelo parlamento, sem nenhuma consulta à população. Embora alguns políticos tenham se lançado, como o ex-ministro Ziad Baroud e o MP Neemat Frem, não tiveram apoio do imperialismo. Na verdade, o comandante do exército, general Joseph Aoun, era o único candidato aceitável.

O general Aoun é o candidato dos EUA desde 2022. Desta forma, pode-se dizer que a soberania do Líbano foi violentada totalmente com sua eleição. Ele

foi literalmente enfiado garganta abaixo dos poderes libaneses, sem nenhum respaldo popular. Para entronizá-lo na Presidência, foi necessária uma reforma da Constituição, porque ela proibia explicitamente o poder político de ser ocupado por um militar. Não é à toa que, dos 5 presidentes do Líbano desde 1990, 3 eram militares.

A candidatura do general foi contestada por grandes forças políticas cristãs, incluindo as Forças Libanesas (LF) lideradas por Samir Geagea, o Movimento Patriótico Livre e o Movimento Marada, cujo líder é Suleiman Frangieh. Frangieh estava cotado para o cargo há algum tempo com apoio do Hesbolá, que tem um número expressivo de votos na Assembleia Nacional.

Na véspera da eleição, Frangieh divulgou uma nota em que desistia da sua candidatura. “Agora que estão reunidas as condições para eleger amanhã um presidente da República, e tendo em conta o desenrolar dos acontecimentos, anuncio a retirada da minha candidatura, que nunca foi obstáculo ao processo eleitoral”, diz a nota. Expressando gratidão àqueles que o apoiaram, Frangieh anunciou seu endosso a Aoun, descrevendo-o como um candidato “que possui as qualidades necessárias para manter a estrutura da presidência”. A participação dos enviados estrangeiros como Jassim Al-Thani do Catar e Yazid bin Farhan da Arábia Saudita mostra o quanto os oficiais árabes têm mais influência política do que muitos parlamentares. O enviado de Riad, por exemplo, declarou explicitamente que a reconstrução e a estabilidade econômica do Líbano dependem da eleição do candidato que a Arábia Saudita apoia.

A eleição não foi, no entanto, fruto de um consenso político verdadeiro. A eleição foi literalmente comprada, com o jornalista libanês Hassan Illaik

denunciando no X que o valor de um voto chegou a US\$ 300.000, pagáveis em parcelas. Essas transações só mostram até que ponto a presidência do Líbano se tornou uma mercadoria em um mercado dominado por compradores estrangeiros. No processo de discussão política anterior às eleições, o Hesbolá e o Movimento Amal – membros importantes do Eixo da Resistência –, não debateram questões internacionais, priorizando algumas demandas específicas para a questão interna. O objetivo era conseguir reduzir os danos resultantes da invasão israelense, que produziu grandes prejuízos em Bekaa, no sul do Líbano e nos subúrbios ao sul de Beirute.

As demandas do Hesbolá e seu aliado centravam na ideia de que há um compromisso com a reconstrução do país, a influência dos grupos na nomeação do próximo comandante do exército e uma perspectiva de desenvolvimento econômico de longo prazo.

Como tática eleitoral, no primeiro turno das eleições presidenciais, o Hesbolá e o Movimento Amal decidiram votar em branco, atrasando em horas a eleição do presidente. Essa atitude foi no sentido de mostrar para todos que nenhum presidente poderia ser eleito sem a aprovação deles.

Após as negociações, o grupo obteve garantias do Comandante do Exército Joseph Aoun e dos enviados sauditas, americanos e franceses em relação às suas principais demandas. No segundo turno de votação, a dupla votou em Aoun, resultando em sua eleição como presidente. Foi um erro histórico do Hesbolá e uma confissão de impotência naquele momento. As agressões de “Israel” e as traições internas debilitaram em muito o movimento de resistência. No seu discurso de posse, o general mostrou claramente qual era seu princi-

pal objetivo: o desarmamento e posterior desmantelamento do Hesbolá.

O desmantelamento militar

Os Estados Unidos, refletindo a influência deletéria do governo Trump nas decisões com relação ao Líbano, exigiram o desarmamento do Hesbolá até dezembro de 2025, caso contrário o cessar-fogo não será mantido. O governo libanês convocou as Forças Armadas para elaborar e implementar o plano de desarmamento imposto pelos EUA. A reação de ministros aliados ao Hesbolá e ao Amal foi abandonar as sessões ministeriais relacionadas ao tema, apoiando a rejeição categórica do Secretário-Geral do Hesbolá, Naim Qasem, que enfatizou que a organização ignorará qualquer decisão sobre desarmamento, argumentando que seu arsenal é indispensável para a defesa contra ameaças israelenses.

O enviado dos EUA, Barrak, reuniu-se recentemente com o presidente Aoun e fez uma declaração à imprensa: “não estamos ameaçando desarmar o Hesbolá e há cooperação de todas as partes envolvidas. O Governo libanês deu o primeiro passo, cabendo agora a “Israel” responder em conformidade. Lidar com o Hesbolá é um assunto libanês e nosso papel tem sido consultivo. Não estamos procurando novos acordos no Líbano, nosso objetivo é implementar o acordo de cessar-fogo.” Isso, para EUA, Arábia Saudita e “Israel”, significa levar à frente o desmantelamento do Líbano, em termos econômicos, militares e políticos.

O desmantelamento econômico

As decisões financeiras do Líbano serão, a partir de agora, tomadas por três empresas estrangeiras, segundo a imprensa local. O presidente do Banco Central do Líbano, Karim Souaid, está tomando medidas para formalizar a regulamentação bancária de emergência, nomeando empresas estrangeiras para representar os três principais atores financeiros do país: o governo, o banco central e os bancos comerciais. Dessa forma, as principais decisões financeiras não serão tomadas localmente, mas por empresas internacionais. O Banco Central do Líbano (BDL) escolheu Rothschild para agir em seu nome nas negociações com o governo e o setor bancário. Isso se soma ao trabalho da Lazard, grande empresa internacional de assessoria financeira já contratada pelo Estado libanês por meio do Ministério das Finanças. O presidente do Banco Central já havia decidido anteriormente que todas as relações entre a BDL e os bancos seriam realizadas exclusivamente por meio de seus respectivos representantes internacionais.

Ele deixou claro que não interagiria diretamente com os bancos. Isso levou a Associação de Bancos do Líbano (ABL) a elaborar uma proposta contratual com a empresa Ankura para atuar em seu nome nas negociações com o BDL e no processo de tomada de decisão sobre liquidez e solvência, excluindo todas as negociações sobre Eurobonds.

Há também uma tentativa de transferir ativos estatais libaneses para o controle de uma estrutura política EUA-“Israel”-Arábia Saudita, começando com as reservas de ouro do Líbano. “O perigo está na direção em que o país está sendo empurrado sob a liderança do governo”, escreve Ibrahim Al-Amine no jornal li-

banês Al-Akhbar. “Qualquer um que esteja disposto a aprovar um plano para desarmar a resistência não hesitará em ir em frente e ceder outros ativos fundamentais do Estado libanês. Isso começaria com as reservas de ouro, que agora estão sendo liquidadas, e terminaria com o que resta da propriedade pública do povo libanês”, completa Al-Amine.

O desmantelamento marítimo

O Líbano corre o risco de perder quase metade dos seus direitos marítimos; os EUA ameaçam entregar 5000 km² de recursos libaneses ao Chipre. Em julho, o chefe dos serviços secretos e conselheiro de segurança nacional de Chipre, Tasos Tzionis, voou para Beirute com uma mensagem clara: finalizar a demarcação da fronteira com base no injusto acordo de 2007, prolongamento da linha para sul a partir do ponto 1 ao ponto 23 e para norte a partir dos pontos 6 a 7.

Tzionis advertiu sem rodeios que, se nenhum acordo fosse alcançado e o caso fosse levado à arbitragem internacional, Chipre reivindicaria mais áreas marítimas. A “ameaça” cipriota é claramente apoiada pelos Estados Unidos, uma recompensa pelo alinhamento de Chipre antes da última agressão da entidade israelense contra o Líbano.

O primeiro-ministro Salam está tentando conseguir uma reunião com a Arábia Saudita para discutir maneiras de capitalizar a decisão do governo e delinear a próxima fase política. Paralelamente, o enviado saudita continua a se coordenar estreitamente com parlamentares sunitas e autoridades religiosas. Se a pressão política do Hesbolá se intensificar, Riad estaria pronta para organizar uma reunião de alto nível em Dar al-Fatwa para angariar “apoio sunita” para Salam. Enquanto isso, as tensões dentro do governo estão se tornando cada vez mais visíveis.

O desmantelamento político

O atual governo libanês é totalmente subserviente aos EUA, Arábia Saudita e “Israel”. O último plano de Washington inclui uma repressão econômica e de segurança nos subúrbios do sul de Beirute. Um elemento da visão dos EUA de um “Líbano sem resistência e suas armas” é tratar os subúrbios do sul como campos de refugiados palestinos. A proposta dos EUA prevê postos de controle em todas as entradas, buscas completas de indivíduos e veículos e controles rígidos sobre bens, materiais e fluxos de dinheiro. Esta missão não seria entregue ao exército libanês. Em vez disso, o plano exige que uma força de segurança estrangeira, possivelmente árabe, assuma a tarefa. A mais recente proposta EUA-“Israel” para uma “zona tampão” prevê limpar uma faixa de pelo menos três quilômetros de profundidade de todos os residentes e edifícios, transformando-a efetivamente no que as autoridades dos EUA descreveram abertamente como “terreno baldio” durante reuniões com colegas libaneses.

O esquema foi reforçado pela delegação de “alto nível” dos EUA que chegou a Beirute ontem, 26/08/2025, incluindo os senadores Lindsey Graham e Jeanne Shaheen, o enviado presidencial ao Líbano e à Síria Thomas Barrack, o vice-enviado ao Oriente Médio Morgan Ortagus e a embaixadora Lisa Johnson.

Barrack observou que “o governo do Líbano em breve apresentará sua visão que consiste no desarmamento do Hesbolá, após o qual “Israel” apresentará uma contra-proposta”, enfatizando que “o objetivo é persuadir o Hesboláa desistir de suas armas, a não travar a guerra”.

Em Ain al-Tineh, o presidente da Câmara, Nabih Berri, renovou sua rejeição a uma zona tampão do sul e insistiu no “retorno dos sulistas às suas aldeias, na libertação de prisioneiros, no lançamento da reconstrução e no fim dos ataques israelenses”.

No Grand Serail, a delegação dos EUA encontrou o primeiro-ministro Nawaf Salam muito receptivo às propostas do imperialismo. Ele é considerado na imprensa local como “o mais alinhado com o projeto dos EUA e o mais rápido para implementar suas demandas”. O Presidente do país, general Aoun, é na verdade um representante dos EUA, que encaminha o projeto imperialista no país.

Para completar, o imperialismo exige também a proibição de participação no Parlamento libanês dos representantes do Hesbolá e do movimento Amal, seu principal aliado político. Na verdade, o plano EUA-Arábia Saudita-“Israel” é uma explícita provocação para a guerra do Hesbolá e do conjunto da população contra os invasores estrangeiros, que podem incluir também os terroristas alojados no governo de fato sírio, que postaram tropas na fronteira com o Líbano. O ex-ministro da Defesa libanês Ghazi Zaiter declarou: “Alertamos para a presença de grupos armados não sírios, incluindo chechenos, uigures e outros, ao longo das fronteiras nordeste, perto da cidade de Hermel e da cidade libanesa de Al-Qasr, adjacente à região síria de Al-Qusayr, na província de Homs.

De acordo com as informações disponíveis, esses grupos armados sírios e não sírios estão considerando lançar ataques contra aldeias libanesas, embora suas ações dependam do apoio de potências estrangeiras. Até agora, os movimentos observados ao longo da fronteira do Hermel permanecem limitados. Enquanto isso, relatos que circulam nas mídias sociais sobre a possibilidade de sequestro de militares libaneses destacados na fronteira, supostamente para trocá-los por prisioneiros islâmicos (incluindo membros do ISIS) mantidos na prisão de Roumieh, estão sendo investigados e avaliados por agências de segurança.

A resposta do Hesbolá e da população libanesa

O governo fantoche libanês, com o apoio das potências ocidentais e dos aliados regionais de “Israel”, busca consolidar o Estado reduzindo os chamados “poderes paralelos”. O Hesbolá e o Amal representam a resistência organizada que protege não apenas sua força militar, mas, acima de tudo, a soberania e a independência do país diante das pressões externas que buscam limitar sua autonomia.

O que está em jogo vai além da mera sobrevivência de um ator político ou militar: trata-se de defender a própria essência do Líbano como Estado soberano e nação plural, cuja autonomia tem sido historicamente desafiada por pressões externas e agendas estrangeiras.

Ao contrário da narrativa ocidental que reduz o Hesbolá a um “representante” xiita ou a um ator sectário subordinado a Teerã, o movimento constitui no

contexto libanês um fenômeno político e social complexo, combinando soberania nacional, resistência à ocupação e demandas islâmicas. Sua aliança com o movimento Amal, liderado por Nabih Berri, reforça essa dimensão autônoma, oferecendo uma âncora política que transcende as fronteiras sectárias e se projeta como parte integrante do tecido nacional libanês.

“Barrack is an animal”

O enviado dos EUA, Tom Barrack, e a delegação dos EUA em visita ao Líbano cancelaram uma viagem planejada para uma turnê em aldeias do sul do Líbano devido a protestos de apoiadores da resistência em 27 de agosto, um dia depois que o enviado insultou jornalistas no palácio presidencial do país, chamando-os de animais.

Vários meios de comunicação libaneses relatam que Barrack cancelou a visita ao sul, coincidindo com a eclosão de protestos nas cidades de Tiro (Sur) e Khiam. De acordo com a Agência Nacional de Notícias do Líbano (NNA), o enviado dos EUA chegou a Marjayoun em um helicóptero das Forças Armadas Libanesas (LAF), mas voltou quando começaram as manifestações e protestos. Como resultado, as tropas libanesas foram implantadas em toda a área.

A frase “Barrack is an animal” pintada com spray na rua ou em faixas se tornou uma popular referência da população libanesa ao enviado dos EUA, que havia chamado os jornalistas libaneses de “animalescos” em uma coletiva de imprensa no dia anterior.

A maioria da população apoia a resistência

Uma recente pesquisa de opinião pública no Líbano revela que a resistência tem amplo apoio na população libanesa. Os dados publicados revelam que 58% dos cidadãos libaneses se opõem a qualquer interferência nas armas da resistência na ausência de uma estratégia defensiva clara. Esse apoio abrange várias comunidades, incluindo 50% de sunitas, cerca de um terço de cristãos e uma porcentagem ainda maior entre os drusos.

Quando questionados sobre a capacidade do exército nacional, 72% dos entrevistados afirmaram que as Forças Armadas libanesas sozinhas não são capazes de lidar com qualquer agressão israelense. Da mesma forma, 76% acreditam que a diplomacia por si só não é suficiente para deter os ataques israelenses.

A pesquisa também destacou as preocupações de segurança relacionadas ao conflito sírio, com 73% dos libaneses considerando os eventos na Síria como uma ameaça existencial à estabilidade e segurança do Líbano. O imperialismo não conseguirá facilmente impor sua política de desarmamento da resistência libanesa, cujo objetivo não é a paz, mas a guerra.

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a deste Diário

COLUNA



Valéria Guerra

GPT5: está acabando o gás?

OpenAI anuncia novo modelo com melhorias incrementais, mas quando vai recuperar os investimentos?

Desde o seu lançamento, o ChatGPT praticamente transformou-se em sinônimo de inteligência artificial. Se o salto de qualidade do modelo GPT3, primeiro oferecido pelo aplicativo, para sua versão 3.5 foi expressivo, a versão 4 já não encantou tanto, efeito que se repete agora mais agravado. As melhorias sutis e incrementais aparecem nos gráficos que demonstram o desempenho dos modelos em conjuntos padronizados de tarefas. Apesar disso, para a maioria dos casos de uso, senão o 3.5, o GPT4 era mais do que suficiente.

O GPT5 promete uma redução drástica no número de “alucinações”, nome publicitário dado ao comportamento errático desses modelos de linguagem, intrínseco a sua natureza estocástica. Determinar essa redução, por outro lado, é tão difícil quanto determinar se o modelo alucina ou não. Se fosse possível detectar uma alucinação, seria possível evitá-la; já que não é, como determinar se houve ou não uma redução no volume de alucinações? Na melhor das hipóteses, dá para dizer que, para determinados casos conhecidos, o novo modelo não alucina mais. Ainda assim, por mais que cometa menos erros, o GPT5 ainda alucina e, portanto, não pode ser utilizado em tarefas que exijam precisão, em que erros incorram um grande prejuízo que supera o ganho de produtividade supostamente oferecido. Para casos de uso crítico, não pode ser empregado como um agente autônomo, como tanto anunciam os publicitários da OpenAI (mas não somente dela, do Google e das demais). Em suma, o modelo precisa ser vigiado por um ser humano.

Os publicitários do Vale do Silício, que agem como se uma inteligência artificial de aplicação geral já fosse realidade, enfrentam cada vez mais dificuldade para compatibilizar seus resultados com a realidade. É como Elon Musk, que provavelmente há mais de uma década promete um veículo que se dirija automaticamente, mas só conseguiu entregar para os consumidores da Tesla um smartphone sobre rodas, um automóvel que vigia seu usuário e está permanentemente conectado à internet. As demonstrações do carro que se dirige são interessantes, mas não são comuns como anunciava o bilionário anos atrás. À frente de seu tempo ou charlatão?

Como quem acompanha esta coluna já deve saber, não queremos dizer que esses modelos (ou carros que se dirijam num contexto limitado) não sejam úteis. São, e muito. O tempo de pesquisa necessário para se encontrar algo na internet com buscadores tradicionais é cada vez maior, e ferramentas como o ChatGPT nos colocaram de volta na era em que ferramentas como Google, Yahoo (e Cadê) revolu-



Sam Altman como executivo de uma empresa de tecnologia é um ótimo publicitário | OpenAI

cionaram como a informação era encontrada na internet. Nunca foi tão conveniente e simples encontrar uma informação, ao pequeno custo de se ter que verificá-la ocasionalmente. Além disso, a interface por texto (ou voz) é uma grande conquista em termos de acessibilidade. Muitas pessoas pouco familiarizadas com tecnologia agora conseguem fazer bom uso dos recursos que temos a disposição interagindo com os sistemas computacionais na forma mais intuitiva para um ser humano: em sua linguagem natural. Há também os usos distópicos para o ChatGPT, como psicoterapia, mas se alguém se sente amparado pelo robô, quem somos nós para dizer que isso não é positivo?

O ponto fundamental que queremos destacar é que, após alguns anos de intensa competição entre alguns monopólios (e alguns azarões chineses), grandes modelos de linguagem estão mostrando seus limites. Não somos só nós que dizemos isso, mas especialistas na área como Yann LeCun, que hoje trabalha na Meta (e um dos responsáveis por popularizar o uso de redes neurais em aprendizagem de máquina). Para ele, o modo de funcionamento desses modelos já está exaurido e a busca por uma inteligência de fato, que consiga entender e interpretar o mundo como um ser humano, vai por outro caminho. Mantemos um ceticismo sobre se é possível criar uma inteligência artificial sem saber em profundi-

dade como funciona sua versão natural. Talvez possamos criar algo que pareça inteligente, como o GPT, que funcione para uma maioria dos casos, mas que fracasse totalmente em casos aparentemente simples. Mas enfim, por mais impressionante que seja um computador comunicando-se por texto conosco, já passou tempo o suficiente para todos percebermos que não se trata de uma inteligência.

Agora, será que os investidores já perceberam a ilusão com os lucros futuros exorbitantes de empresas como a OpenAI? Para os grandes modelos de linguagem restam somente otimizações, barateamento dos custos de treinamento e inferência, e todos convergem para um resultado relativamente parecido. No “pior” dos casos, a solução ficará tão ótima que poderemos executá-la em sua melhor forma em nossos computadores pessoais (um pesadelo para empresas que investiram trilhões na expectativa de aprisionar usuários em suas plataformas). Para todas as empresas envolvidas nesse mercado, com exceção da NVidia, que projeta os chips que executam a computação em larga escala que sustenta esses modelos, a forma como recuperarão o dinheiro não é clara. Talvez como a Tesla? Numa eterna promessa de se consolidar como um grande monopólio... até aparecer uma BYD.

Há ainda outro empecilho: a tal

da regulação das inteligências artificiais. Para serem efetivamente úteis, os modelos precisam de acesso a todo tipo de dado disponível, inclusive aquele protegido por leis de propriedade intelectual, o que para nós é mais um grande benefício dessa nova tecnologia. Ainda assim, grandes capitalistas não estão muito confortáveis com esse progresso. Soma-se a isso o amplo acesso à informação que, apesar das “alucinações”, é um grande progresso e dificulta significativamente o controle da população pelas classes dominantes. Nos dizem que o grande perigo são justamente as alucinações, mas os bons entendedores sabem que o perigo é que esses modelos entreguem a verdade à população de conjunto. Impor esse tipo de limitação, além de trabalhoso, atua contra o desenvolvimento da tecnologia.

Nesse cenário, qual será a grande novidade do GPT6? Será que o gás acabou?

PS: o GPT5-pro, melhor versão do modelo da OpenAI, sequer teve desempenho melhor que o Grok4 no teste de referência ARC-AGI...

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a opinião deste Diário

COLUNA



Marcelo Marcelino

A fase do imperialismo da acumulação financeira

Reconfiguração tecnológica e financeira no capitalismo monopolista neoliberal



Imperialismo | Foto: Reprodução

O processo de transição da economia mundial, principalmente a partir da década de 1970, compreendeu um enorme rearranjo das forças produtivas dado o grau de desgaste do modelo fordista de produção, levando em consideração as necessidades por parte das grandes potências imperialistas com suas megacorporações transnacionais. Desta forma, o capitalismo a partir da classe dirigente procura romper com o modelo de acumulação gestado no pós-Segunda Guerra para poder avançar no sentido da reorientação para a acumulação.

Podemos afirmar que nesse período que compreende o final da década de 1960 e início de 1970, o esgotamento do padrão fordista de produção e acumulação demonstrou a sua fadiga e escapou a capacidade do sistema capitalista de conseguir se expandir e reproduzir ininterruptamente conforme suas pretensões inerentes. Apesar da capacidade do capital se perpetuar, a contradição do próprio sistema gera crises, por onde observamos a fadiga dos ciclos de expansão

que interrompem o processo de acumulação. O ciclo de expansão keynesiano que se esgotou pode também ser denominado “a fase final de expansão do modelo intervencionista ou dirigista keynesiano”. A partir de então, o modelo toyotista (da indústria japonesa) e neoliberal entra em cena; fruto de uma simbiose entre tecnologias mais avançadas, reengenharia e desregulamentação com liberalização financeira.

A denominada “Era de Ouro do Capitalismo”, expressão consagrada na literatura pelo historiador egípcio-britânico Eric Hobsbawn passa a ser descrita como um período histórico do capitalismo, onde o pacto social permitiu o avanço da seguridade social com aumento da produtividade do trabalho e da geração de emprego e renda nos moldes das engrenagens simbióticas entre o modelo keynesiano dirigista intervencionista de investimentos públicos e alocação de recursos de crédito e fomento de empresas alicerçadas no padrão fordista de produção.

A partir do avanço do desgaste desse modelo keynesiano

de engrenagem fordista de acumulação que data do final da década de 1960 para os conturbados anos de 1970 passa-se a constituir um novo rearranjo. Sendo assim, uma nova configuração do sistema capitalista passa a operar sob uma lógica de acumulação e reprodução baseada na intensificação de tecnologias lastreadas pela revolução tecnológica da microeletrônica e há uma reorientação rumo a estratégias mais ofensivas de internacionalização das empresas e concentração de poder econômico e político por parte dos grandes conglomerados transnacionais. Nesse momento, no estágio de transformação dos processos passa a ocorrer uma exacerbada mobilidade de capital na direção dos mercados financeiros com o suporte dos Estados imperialistas mais desenvolvidos e dinâmicos economicamente capitaneados pelos EUA.

O neoliberalismo inicia a sua trajetória de expansão e integração com maior força política a partir da década de 1980, atuando com forte impacto sobre as economias atrasadas por intermédio do Fundo Monetário

Internacional (FMI), o Banco BIS de Basileia e demais instituições multilaterais de suporte do imperialismo na Era da Globalização Econômica Financeira Neoliberal. (EGEFN). As exigências de ajuste fiscal, controle monetário e cambial continua a ser a diretriz mais importante da estratégia do imperialismo nesse início da década de 2020 pós-COVID-19 imposta aos países periféricos como o Brasil, onde o Banco Central tornou-se a instituição nacional mais importante a serviço dos grandes capitalistas internacionais, em especial, banqueiros e rentistas em conluio com a classe dominante nacional oportunista e entreguista historicamente lapidadas.

Artigo publicado, originalmente, em 25 de março de 2023.

* A opinião dos colunistas não reflete, necessariamente, a opinião deste Diário